

## **O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel como um espaço de extensão, ensino e pesquisa: um estudo sobre o Colégio Santa Margarida**

THAYNA VIEIRA MARSICO<sup>1</sup>; LORENA ALMEIDA GILL<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – vieirathayna@hotmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas– lorenaalmeidagill@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH) é um centro de documentação, possuindo um acervo, principalmente, relacionado ao mundo dos trabalhadores. Desde a sua criação no ano de 1990, vem assimilando ao seu espaço diversos acervos, dentre essa documentação, encontra-se o acervo da Justiça do Trabalho (JT), recebido pelo NDH no ano de 2005, por regime de comodato. O acervo possui mais de 100 mil processos arquivados, desde os anos de 1936 até os anos 1995, com diferentes demandas trabalhistas, tornando acessível a busca por esses processos, seja pela comunidade ou pela academia, ao propiciar novos estudos, a partir dessa fonte documental.

Durante a realização da bolsa de extensão no ano de 2018, diversas tarefas foram desenvolvidas, principalmente, o atendimento ao público interno e externo, mas também houve a oportunidade de acessar esta série documental da JT e ver as possibilidades existentes para se pensar no acervo. Por isso, foi buscada uma nova abordagem na atividade da bolsa, pensando na experiência do pesquisador, ao se fazer um levantamento nos dados a respeito de intuições de ensino. Dessa forma, se pode observar um número considerável de processos reunidos pelo Colégio Santa Margarida, que se relaciona à Associação Beneficente e Educacional da Diocese Meridional da Igreja Episcopal do Brasil (ABEDEM), como órgão administrador, através de seu conselho vinculado a Diocese Anglicana de Pelotas, com sua sede na Catedral Anglicana do Redentor, localizada à Rua General Teles, número 711, no Centro. Entre os processos relacionados na primeira e a segunda vara, o número ultrapassa os quarenta, em um período de quatro décadas. Contudo, se vai observar nessa análise um processo que se destaca por ser o único plúrimo nessa proporção de trabalhadores, resultando em um total de vinte e quatro funcionários que foram contemplados com o acordo. Tal processo foi iniciado pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Porto Alegre (SAAE-POA), no final de 1989.

A demanda compreendia todos os empregados do Colégio Santa Margarida, exceto os professores, referindo-se a serventes, monitores, supervisores, orientadores, serviços gerais e auxiliares de escritório. Nele constam informações tanto dos trabalhadores, quanto da administração da Escola como empresa, podendo se ter, inclusive, uma visão mais exata da movimentação financeira da instituição. No processo, fica clara ainda a importância dos Sindicatos no contexto, ao buscar assegurar direitos aos empregados, principalmente se embasando através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Constituição de 1988.

### **2. METODOLOGIA**

Para que se tenha uma melhor visão sobre o papel do Sindicato, nesse caso, é preciso conhecer a fonte utilizada. Dessa forma, é necessária uma breve explicação dos acontecimentos que sucederam o fato e seu desfecho.

O processo nº 4318, localizado na segunda vara civil, tem seu início em dezembro de 1989, constando como reclamante o SAAE-POA, e como reclamada o Colégio Santa Margarida, instituição fundada em 1932, conhecida pela sua tradição anglicana, inicialmente criada para abrigar apenas meninas. Em 1941, transformou-se em escola secundária e, em 1958, passou a receber também meninos. Localizada à Rua Padre Anchieta, 1274, o prédio, após o encerramento de suas atividades, ficou como propriedade da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). O Colégio tinha como sua principal fonte de renda, as mensalidades pagas pelos alunos da escola, como a mesma aponta durante o processo. Após a morte de um de seus membros, o Reverendo da Igreja Episcopal e idealizador da Escola, o Arceidiago José Severo da Silva, a administração ficou desestabilizada, situação refletida nas atas do Concílio da Igreja Episcopal Anglicana. Mais tarde a escola passou por uma grave crise financeira, provocando o encerramento das atividades depois de 70 anos de funcionamento à comunidade, no ano de 2005.

O processo tem como demandas uma série de cobranças por parte dos funcionários, especialmente ao buscarem o pagamento atualizado dos salários no início de 1989, que corresponde a 26,05% da Unidade de Referência de Preços (URP), criada pelo Ministro da Fazenda Bresser Pereira, em junho de 1987. A URP foi um mecanismo de correção salarial, que reajustaria preços e salários, para repor perdas inflacionárias, também conhecido como “Plano Bresser”. Embora tenha sido implantando imeditamente, todos funcionários tiveram seus salários congelados por 3 meses, o que feria o direito do trabalhador. Os advogados dos reclamantes utilizaram o argumento de que o salário dos empregados era o único sustento que tinham e que tratava-se de uma questão de direitos adquiridos tanto pela CLT quanto pela Constituição Federal de 1988. Ainda pleiteavam o pagamento das parcelas subseqüentes ao ano, além de 13º salário, férias, gratificações, prêmios, horas extras e FGTS, das parcelas vencidas e vincendas. Por último, pleiteavam o pagamento das custas do processo aos empregados, que não tinham condições financeiras, caso fosse indeferido, totalizando um valor de causa bruta avaliado em quase 60 mil cruzados novos, devido a essa supressão nos pagamentos.

Em contapartida, o Colegio Santa Margarida se apoia em duas bases de argumentação: a primeira, que já foi mencionada, a respeito da legislação estabelecida no período vigente, e a segunda, levantava a questão de demora em relação a abertura do caso, ocorrendo quase um ano depois da revogação do episódio dos pagamentos. O processo deixa lacunas com relação ao tempo, nos permitindo construir hipóteses acerca da questão, uma delas é a possível falta de suporte jurídico local, sendo explicada, pela representação sindical vinda da capital, Porto Alegre.

Apresentadas as demandas, foi marcada a primeira audiência, que teve a oferta de conciliação rejeitada. O Colégio apontou a inflação como ponto de partida das dificuldades enfrentadas por seus funcionários, além de considerar indevido o pedido do pagamento das custas, já que, conseqüentemente, considerava também indevida a abertura do processo. Mesmo com as investidas do Colégio, o processo foi julgado procedente, gerando um posterior embargo declaratório, ou seja, levantando dúvidas acerca do resultado, também rejeitado. Dessa forma, a Escola entrou com um recurso ordinário, buscando modificar em parte a decisão, frisando novamente a ocasião da política da época de congelamento de preços, além de solicitar os pagamentos de decisão do

processo de forma gradual. Com a assinatura do acordo, foi possível a efetuação do pagamento, constando recibos e guias anexados no processo, fazendo com que o reclamante desistisse do recurso ordinário interposto. Em seguida, temos a finalização do processo com o cumprimento e pagamento do acordo a todos os funcionários, de forma proporcional ao que cada um recebia, tendo o dia 27 de junho de 1990 o pedido de arquivamento.

Com isso, torna-se fundamental pensarmos na luta por direitos desde o início, através de processos como este e de todo o aporte proporcionado pelo Sindicato, principalmente com seus personagens, que trazem afirmação e legitimidade, dando voz aos trabalhadores. O sindicato está aqui representado pela figura do Delegado Sindical. Ele acompanhou de perto todo o processo, trabalhando de forma ágil e resolvendo a demanda em poucos meses. Foi a partir de sua intervenção que foram sobrepostas questões de identidade e reivindicações coletivas, vendo os reclamantes como um grupo unido em prol de suas necessidades, mas, também, aceitando a multiplicidade de experiências como indivíduo.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalhos como este são cada vez mais possíveis, devido aos mecanismos que estão sendo desenvolvidos para maior acessibilidade dos acervos. O NDH conta com espaços qualificados para a pesquisa. Tal fato pode ser demonstrado pela recente criação de um banco de dados *on line*, no ano de 2015, no qual é feito um resumo do processo, servindo de guia para melhorar a eficácia da pesquisa. Nesse sentido, no Banco de Dados construído e alimentado pelo bolsistas do NDH, constam os demandantes, os demandados, a vara, o resultado, os nomes dos advogados e do juiz que observou o processo, oferecendo uma visão mais ampla para a busca de dados quantitativos, mas também dados qualitativos, os quais são obtidos através da leitura dos resumos e da possibilidade de consulta posterior *in loco*.

Foi justamente neste lugar em que se desenvolveu a bolsa de extensão, ou seja, além do atendimento realizado às pessoas que procuravam o NDH continuamente, também foi possível realizar as tarefas de higienização, catalogação e organização de todo o acervo, ainda, o desenvolvimento de atividades expositivas acerca do acervo, com alunos de diferentes cursos. Todo o trabalho no Núcleo visa a cada dia torná-lo ainda mais acessível para pesquisadores, mas também para a comunidade externa, que costuma buscar os documentos da JT, por exemplo, para fins de aposentadoria e pedidos de dupla cidadania.

Assim, este trabalho procura dar um exemplo de como podem ser pensados os documentos, sob outra perspectiva, ou seja, a partir da ótica dos trabalhadores comuns que, por diversas vezes passam por momentos como este, onde mesmo com as legislações existentes, não conseguem acessar seus direitos. Com a ajuda de levantamentos como esse, podemos desenvolver uma série de análises, traçando perfis sobre as instituições de ensino e de direito laboral da nossa região, conhecendo melhor as demandas dos trabalhadores do meio escolar, as quais não permeiam apenas a figura do professor, mas também outras pessoas, que fazem parte desse cenário e nem sempre são incluídas à História.

### 4. CONCLUSÕES

A bolsa de extensão proporcionou um espaço de aprendizado, não só pela atuação em um centro de documentação, mas também pelo atendimento ao público externo. De certa forma, possibilitou pensar em novos âmbitos que o acervo apresenta no tocante à pesquisa, oferecendo essa experiência aos bolsistas do NDH que, em sua maioria, optam em continuar com suas temáticas, já desenvolvidas dentro do universo trabalhista, exatamente pelo conhecimento adquirido sobre esse campo da História que tenta sempre se renovar, debatendo sobre e a partir das realidades encontradas nas fontes

.De outra forma, esse trabalho busca oferecer um cenário diverso sobre o contexto escolar, que vem exaustivamente sendo trabalhado, a partir de temáticas relacionadas ao ensino na História. As fontes demonstram como a escola pode ser pensada também através de conflitos entre trabalhadores e empregadores tanto na esfera pública como na privada. Nos dois lugares há problemas de não cumprimento de direitos e, na conjuntura atual, tal panorama é ainda mais dramático, já que há atrasos contínuos de salários, além de crescer a política de terceirização dos trabalhadores, ocasionando em um perfil de funcionário menos envolvido com as demandas do grupo, devido a uma característica de maior rotatividade de funções e, muitas vezes, menos tempo no trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Giana Lange do; AMARAL, Gladys Lange do (Org.). **Colégio Anglicano Santa Margarida - Entre e a Memória e a História (1934-2005)**. Pelotas: Seiva, 2007.

BICA, Alessandro Carvalho; TAMBARA, Elomar. O Colégio Diocesano Santa Margarida, aspectos da Educação Feminina de uma Escola Anglicana na cidade de Pelotas. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016.

GILL, Lorena. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). **HISTÓRIA** (São Paulo), v. 38, p. 1-20, 2019.

RODRIGUES, L. M. Formação e desenvolvimento do sindicalismo. In: **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp 8-46.